

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 - A Sociologia e a Sociologia Jurídica.....	3
1.1 Fato social e Fato jurídico.....	9
1.2 A importância da Sociologia Jurídica.....	13
Capítulo 2- As Relações entre Justiça e Direito	19
2.1 - Positivismo e a normatização técnico-racional do Direito	23
2.2 - A oscilação ressurgente do Direito Natural.....	35
2.3 - Concepções funcionalistas e alternativas do Direito	42
2.4 - As soluções possíveis e suas fundamentações	50
2.4.1 - Direito Natural positivado	56
2.4.2 - Justificação moral racional	62
Capítulo 3- Direito, decidibilidade e Norma Jurídica.....	65
3.1 - Sociologia Jurídica e Ciência do Direito	66
3.1.1 - A Ciência do Direito é realmente ciência?	66
3.1.2- Direito, Justiça e artesanato (e não indústria) a serviço da vida... 71	
3.1.3 - As funções da Ciência do Direito e decidibilidade	76
3.2 - Norma jurídica.....	79
3.2.1 - Fato, valor, norma e pessoas	81
3.2.2 - Conteúdo da norma jurídica	82
3.2.3 - Características.....	82
3.3 - Instâncias de validade e instâncias de valor (justiça e eficácia)	87
3.4- Unidade, coerência e completude do Ordenamento Jurídico	90
Capítulo 4- Poder, Direito e Justiça	97
4.1- Poderes de direito e de fato – as tentações da deslegitimação.....	98

4.2 - Tentativas de neutralização do Judiciário	100
4.3 - O possível poder sacralizante da Justiça	102
4.4 - Legitimação político-social do Judiciário	106
4.4.1 - As escolhas – ato de vontade e sensibilidade.....	106
4.4.2 - Escolhas e legitimação.....	110
4.4.3 – Escolhas políticas	111
4.4.4 - Escolhas intersubjetivas	114
4.4.5 - Escolhas e integrações sociais	117
4.4.6 – Escolhas e o possível sem reservas.....	119
Capítulo 5 - A interpretação da realidade social	125
5.1 - A formação afetiva do sentido normativo.....	128
5.1.1 - Compreensão, explicação e interpretação.....	131
5.1.2 - Racionalidade e emoção	136
5.1.3 - Criatividade.....	139
5.2 - A decisão judicial e a reconstrução dos fatos.....	142
5.2.1 - A escrita da vida nos processos.....	142
5.2.2 - A Lógica do Razoável	147
5.2.3-A presença de lógica autônoma nas decisões judiciais	149
5.2.4 - O sentimento do justo	153
Capítulo 6 - Direito e Conflito	159
6.1 - Os dissensos judiciais e as soluções possíveis	159
6.2 - A fictícia neutralidade científica.....	162
6.3 - Em busca de uma noção de justiça	167
6.4 - Versões em desenvolvimento.....	185
Capítulo 7 - Acesso à Justiça e Pluralismo	195
7.1 - Necessidade de ressignificações dos papéis e atuações.....	197
7.2 - Aproximando-se do essencial	200

7.3 - As procuras de Justiça	204
7.4 - Acesso a que Justiça e a qual Direito	211
7.4.1 - Diversidade e cumprimento normativo	212
7.4.2 - Da regulação para a densificação.....	218
7.5 - Acesso à Justiça, cidadania e Pluralismo	224
7.5.1 Protagonismo atual dos tribunais.....	228
7.5.2 - Acesso à Justiça - do Pluralismo Jurídico amplo à Justiça Estatal.....	231
7.5.3 - A legitimidade condicionante	236
Capítulo 8 - Acesso Ao Judiciário Estatal.....	239
8.1- Conhecimento dos próprios direitos - a conquista da cidadania.....	242
8.2 – Acionamento do sistema judicial.....	247
8.3 - Modos de assessoramento jurídico – o exercício da cidadania	255
8.3.1 - Modos de acesso - a figura do advogado e dificuldades de acesso técnico; Assistência Jurídica Gratuita - Defensorias Públicas no Brasil. Processos físicos. Processos virtuais.....	257
8.3.2 - Necessidade e garantia de acesso.....	266
8.4 - A atuação estatal seletiva e a legislação limitadora do acesso à Justiça	268
8.5- Linguagem do acesso– falar, ouvir, sentir e entender	270
Capítulo 9 - Judiciário e sua Independência	279
9.1 - Da independência estrutural.....	280
9.1.1 - Independência interna	280
9.1.2 - Independência de convencimento	282
9.1.3 - A independência dos juízes interessa a todos?	284
9.2 - Independência e desvio de poder – o juiz prevaricador.....	285
9.2.1 - Independência significa Imunidade (irresponsabilidade)?	288

9.2.2 - Independência e controle – quem controla o controlador e influências internas	292
9.2.3 - Independência e influências externas – o poder político.....	299
9.3-Independência, orçamento e pessoal	300
9.3.1 - Independência, remuneração e reforma	303
9.3.2 - Independência, imprensa, publicidade dos atos e transparência	304
9.3.3 - Independência e Direitos Humanos.....	306
9.4 - Da imparcialidade x neutralidade	311
Capítulo 10- A Ritualística Forense e seus Símbolos - Efeitos Práticos na Cidadania.....	315
Capítulo 11- Influências Triviais e Fatores Extrajurídicos – Quando as Vicissitudes, Tentações e Idiossincrasias Afetam os Julgamentos	333
11.1 - Influências ambientais particulares.....	339
11.2 - As máximas da experiência de Friedrich Stein e as conclusões de John Hogarth.....	354
11.3 - Raciocínios e discursos por meio das (nossas) sombras e cores	359
Capítulo 12- O Tempo e o Processo - a Cidadania pela Efetividade da Justiça	363
12.1 - Prazo de acesso – prescrição e direitos sociais	366
12.2 - Concretização jurídica e social - a efetividade da prestação jurisdicional.....	370
12.3 Participação e representação nas decisões.....	376
Capítulo 13 - A legitimidade prática da Justiça- princípios e virtudes	381
13.1- A confiança prática legitimadora.....	384
13.2 - A responsabilidade com o outro.....	389
13.3 - A cooperação humanizadora	391
13.4 - A compaixão humanitária	393

13.5 - A tradução fraterna	397
13.6 - A liberdade por intermédio das virtudes sociais	400
13.7 - O toque humano vivificador	405
Capítulo 14 - Justiça e os Vínculos Além dos Jurídicos.....	409
14.1 - Os vínculos	410
14.2 - A afetividade.....	412
14.3 - A empatia e a solidariedade – implicações processuais na escuta e linguagem	418
14.4 - O amor e a compaixão	430
Referências Bibliográficas	443